

O paradoxo do poder americano*

de Joseph S. Nye Jr**

A retórica chauvinista do 'espírito americano'

por José Rubens Mascarenhas***

Terminada a II Guerra Mundial os EUA saíram do conflito sendo comparado à Inglaterra vitoriana. Uma grande diferença, no entanto, os separava: a superioridade do seu alcance global. Chegaram os tempos da Guerra Fria e seu desdobramento que desembocou na derrocada da URSS enquanto potência mundial fato que deixaria de herança aos Estados Unidos a privilegiada condição de única superpotência mundial.

A partir daí, a trajetória política e econômica estadunidense necessariamente estaria presente no cenário internacional. Mais que isso, seu papel estaria *'fadado'* (para usar o termo de Nye) a ocupar a hegemonia do processo de evolução das grandes tendências de perpetuação do capitalismo como forma definitiva de organização econômica e da democracia burguesa como forma, também definitiva, de organização política. Era a profecia dos ideólogos e propagandistas da onda monetária que varreria o mundo no último quartel do século passado. Era o fim das ideologias e, conseqüentemente, da História, apregoava, entre outros, o membro do conselho de Bioética da Casa Branca, Francis Fukuyama. E não estava só. Washington formaria outros ideólogos capazes de formular teorias e políticas estadunidenses e pensar os seus principais problemas, emergidos em larga escala principalmente após o onze de setembro de 2001. Entre estes merece destaque Joseph Nye, autor do livro publicado pela Unesp em 2002, intitulado *O paradoxo do poder americano*.

O cerne do livro é uma tentativa de explicar o poder dos EUA, em toda a dimensão que implica, como dividido entre o *soft power* (poder brando – o poder de atração ideológica e cultural que exerce) e o *hard power* (o poder bruto, a ação militar) e o equívoco da política externa de seu país. Segundo ele, a hegemonia estadunidense pode ser percebida em sua capacidade militar (o genocídio do Golfo, a caçada insólita a seu antigo lugar-tenente na guerra contra a URSS, Osama Bin Laden, o bombardeio da Sérvia...); seu poder econômico comprovado por todos os dados estatísticos cuja comparação Joseph Nye não deixou escapar; poder político evidenciado pela sua capacidade de arregimentação das diversas forças internacionais

* O paradoxo do poder americano: por que (sic) a única potência do mundo não pode seguir isolada. São Paulo: UNESP, 2002, 293 p.

** Decano da Kennedy School of Government da Harvard University, ex-presidente do Conselho Nacional de Inteligência e ex-Vice-Secretário da Defesa no Governo Clinton.

*** Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS. E-mail: almeida@uesb.br

que, na maioria das vezes através de pressões econômicas, consegue pô-las a serviço de seus interesses; poder cultural, demonstrado pelas suas agências do tipo CNN, Hollywood e também pela Internet, que exportam seus valores morais e políticos por toda a globalidade. Sim, porque, não sem razão, a “globalização” é ‘*americanocêntrica*’, embora essa seja apenas uma fase transitória (p.140).

Sempre ressaltando a supremacia dos EUA, o paradoxo do poder americano, no entanto faz uma crítica velada aos rumos atuais da política externa de Washington que faz com que o *hard power* prevaleça sobre o *soft power*, deixando os EUA numa situação de alerta constante porque esta política atrai um forte antiamericanismo. Refere-se aos inúmeros acordos, normas e fóruns internacionais que os EUA retaliaram e/ou deixaram de assinar, mas também aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, sob os quais evidenciou-se a incapacidade da superpotência de defender-se em seu próprio território. Segundo ele, existem problemas-chave contra os quais o simples uso da força é ineficiente, como alterações climáticas globais (Kyoto), o tráfico de drogas¹, a instabilidade financeira e a disseminação de epidemias... O uso de força nesses assuntos não só é incapaz de gerar sucesso, como também de tornar-se contraproducente.

Defende a necessidade do uso da força porque os poderes bruto e brando estão relacionados e se reforçam mutuamente, mas, quando possível, deve-se usar a arma ideológica que é alternativa eficaz de que dispõe o país para a manutenção da sua hegemonia global. Esta tem que ser ratificada, apesar de entender que todo império conhecido pela história ruiu: “*a potência americana não há de ser eterna*” (p.19). No entanto, para evitar sua queda, os EUA deveriam fazer mais uso de *soft power* e atentar-se para o fato de que, no século XXI, o poder repousará na combinação desses dois recursos (p. 41). Não fosse anacrônico, diríamos que ele retorna à velha política do início do século XX denominada *Big Stick*².

Crítica o Congresso estadunidense por querer legislar para o mundo, citando os embargos ao Irã e Cuba, e resalta aspectos negativos veiculados no exterior em relação aos EUA como a pena de morte, a falta de previdência social, os tiroteios nas escolas e seu mercado implacável. Aspectos que, nem de longe, arranham o poderio estadunidense.

Essa sua “ingenuidade” não deve parecer-nos despropositada. Trata-se da velha ideologia (ou deveríamos dizer *soft power*?) que mascara os ímpetos imperialistas estadunidenses quando dizem respeito à manutenção de sua hegemonia no globo. Senão, que se poderia dizer do atentado jurisprudente denominado MIA (no original inglês as iniciais de Acordo Multilateral de Investimento), até o momento construído sob segredo de

¹ Dados do próprio Nye põem os EUA como o maior exportador de drogas químicas do mundo.

² Grande Porrete, em inglês. Trata-se da política externa estadunidense do início do século XX, celebrizada pelo presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909) na frase “Um sorriso nos lábios e um porrete na mão”.

Estado, como um novo marco jurídico supranacional que tem o objetivo de criar, juntamente com os principais membros da OCDE - o centro nevrálgico capitalista mundial -, uma jurisprudência internacional hegemônica pelos EUA, por meio da qual se pretende transformar os Estados-nação em simples agentes econômicos sem nenhum tipo de prerrogativa nas cortes internacionais, violentando as conquistas jurídicas conseguidas na história dos últimos 300 anos e implantar o princípio de não-reciprocidade entre as duas partes que o firmam? Quem conhece um mínimo de correlação de forças internacionais sabe, sem nenhum esforço, o resultado de qualquer contenda envolvendo um país como El Salvador ou Equador e os interesses de uma empresa norte-americana chamada United Fruit. Seria esse o sentido da “*hegemonia benigna*” estadunidense entendida pelo autor ou este desconhece o citado Acordo quando afirma que “Os americanos devem entender que apoiar a supremacia dos Estados Unidos equivale a dar um impulso à justiça internacional que nenhum outro povo é capaz de dar. Também equivale a uma expansão dos interesses nacionais e daquilo que se pode chamar de espírito americano?” (p.18).

Nada mais velho na retórica imperialista dos EUA que o ‘*espírito americano*’ renitentemente propalado pela doutrina do Destino Manifesto.

Mas suas idéias vão além. Fazendo uma longa análise dos possíveis desafiantes dos Estados Unidos neste novo século, elenca uma série de sinais de mudanças processadas na política mundial para os quais seu país deve estar atento quando da elaboração de suas políticas internacionais. Entre eles, a crescente privatização e a revolução tecnológica da informação e comunicação atual que estaria disseminando poder fora dos sistemas de governo e capacitando indivíduos e grupos a um papel na política mundial (refere-se ao terrorismo, cujos agentes são anacronicamente chamados de bárbaros, numa clara alusão ao papel dos povos que contribuíram para a bancarrota do Império Romano. O terrorismo seria um processo de privatização da guerra); o processo de ‘*globalização*’ que, em sua função intrínseca, tem encurtado distâncias aumentando a interconexão entre centro e periferia do sistema, fazendo-se acompanhar por uma nova distribuição do poder que faz com que um aparente acidente num longínquo país possa afetar, de imediato, os interesses norte-americanos (p. 75-82).

No último capítulo do livro, Nye indica o que deveria ser a estratégia central dos EUA no século XXI: a disponibilidade dos “*bens comuns internacionais*” (leia-se os elementos indispensáveis à liberalização dos fluxos econômicos) e antecede Francis Fukuyama³ em sua preocupação com as graves ameaças à sobrevivência e aos interesses dos EUA representado pelos estados fracassados, que precisam de uma maior atenção do Governo de Washington.

O livro não traz novidades, trata-se de uma publicação que se insere no *establishment* acadêmico norte-americano, fazendo parceria às redes

³ Ver Fukuyama (2005).

ideológicas ligadas ao discurso da “globalização” hegemônica pelo capital financeiro sob a perspectiva do Atlântico Norte, expressando, perigosamente, o autêntico espírito do imperialismo estadunidense calcado na ideologia do Destino Manifesto e de suas ‘*descendentes*’, a Doutrina Monroe⁴ e o Big Stick. Além do mais, é um todo de chauvinismo nacionalista indecoroso que reverbera elogios aos valores burgueses de liberdade e individualismo, à pujança econômico-militar e ao *american way of life*. Os que não professam tais valores são “... tiranos e fundamentalistas [que] sempre nos odiarão por causa dos nossos valores de liberdade e oportunidade e não nos resta então senão enfrentá-los com uma política antiterrorista”. Mais à frente, “são bolsões de ódio” (p.14).

O que fica evidenciado nas suas entrelinhas é *qu eo paradoxo do poder americano* não é só de ordem política ou militar, como faz crer o autor, mas também econômica. A necessidade de ratificação da hegemonia estadunidense no mundo e uma preocupação veemente com a sua estabilidade num processo que, paulatinamente, vem perdendo o controle não escapa à percepção de Nye. A tendência de enfraquecimento dos EUA no atual cenário internacional: o baixo crescimento de sua economia, uma balança comercial desfavorável, seu endividamento em larga escala e uma clara tendência à desvalorização de títulos do seu tesouro, em contraposição às tendências de crescimento de seus futuros potenciais adversários do mercado asiático e a equiparação da União Européia ao domínio econômico americano em questões de legislação antitruste, entre outros pode ser um indício de início de fim do império em questão.

Seria ingenuidade caminhar por trilhos tão tortuosos. O uso do *Hard power* como política externa de Washington não se dá por um simples equívoco político, mas por uma necessidade premente de manutenção de uma já difícil hegemonia mantida só pelo *soft power* estadunidense. Quanto a isso a história do imperialismo não deixa dúvidas.

Bibliografia

FUKUYAMA, F. (2005). *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco.

⁴ Doutrina que se opunha à tentativa de recolonização das ex-colônias latino-americanas pela suas ex-metrópoles, cujo lema era “a América para os americanos”.